



TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA ELETRÔNICA

Torna-se público que a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Câmpus de Nova Mutum, por meio da Diretoria de Unidade Regionalizada Administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, promove a seguinte **DISPENSA ELETRÔNICA, na hipótese do artigo 75º, inciso II**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVIII, alínea “a” em consonância com os artigos 23º, §§ I a V e 95º, inciso I, da mencionada lei, e Decreto Estadual 1.525, de 23 de novembro de 2022 e demais legislações aplicáveis, em atenção especial ao estabelecido nos artigo 240º, inciso I e §1º artigo 46º do referido decreto e parecer nº 2.789/PPGE/2022 da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso.

1. **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2025/NVM-PATRIMÔNIO**
2. **ÓRGÃO:** Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
3. **NÚMERO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 26201 - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
4. **UNIDADE ADMINISTRATIVA:** 017 - Câmpus de Nova Mutum
5. **DEMANDANTE:** Setor de Patrimônio
6. **CONDIÇÕES GERAIS**

6.1. O objeto da presente **CONTRATAÇÃO DIRETA** na forma de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** é a escolha mais vantajosa para a **contratação de empresa para a prestação de serviço de manutenção envolvendo janelas de vidro, a fim de atender às necessidades do Câmpus de Nova Mutum/MT**, de acordo com o Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas atualizações, que versa sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e considerando o Decreto Estadual nº 1.525, de 23 de novembro de 2022, em atendimento à demanda da Diretoria de Unidade Regionalizada Administrativa de Nova Mutum/MT, conforme Documento de Formalização da Demanda, Despachos Orçamentários e de Despesa juntados ao processo **UNEMAT-PRO-2025/01495**, nos termos da tabela abaixo, na qual também estão indicados os valores unitários e o valor global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM



6.2. LOTE I – MANUTENÇÃO EM JANELAS DE VIDRO

Item	Código SIAG	Código/Descrição	Und.	Elem./Sub	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
1.	0009797	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO DE MEDIDAS 2,00 X 1,50 (METROS).	Un	3969 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	02	R\$ 128,51	R\$ 257,02
2.	0009796	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,30 X 2,60 (METROS).	Un	3969 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	04	R\$ 482,68	R\$ 1.930,72
3.	0009795	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,35 X 2,90 (METROS).	Un	3969 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	03	R\$ 528,92	R\$ 1.586,76
4.	0009794	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,57 X 2,80 (METROS).	Un	3969 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	02	R\$ 534,02	R\$ 1.068,04
5.	0009816	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,70 X 2,60 (METROS).	Un	3969 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	02	R\$ 499,26	R\$ 998,52
VALOR TOTAL						R\$ 5.841,06	

6.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.841,06 (cinco mil oitocentos e quarenta e um reais e seis centavos).

6.3.1. Para a presente contratação o Termo de Contrato será substituído por instrumento equivalente nos termos do Art. 95, Inc. I da Lei 14.133 de 2021 (Nota de Empenho), o qual vincula as partes a este Termo de Referência e a Proposta da Contratada.



6.4. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizada na forma do Decreto Estadual nº 1.525/22 e juntada a este processo administrativo.

6.4.1. O código do SIAG acima apresentado é referente ao item da planilha de custos e formação de preços. Deverá o fornecedor apresentar a proposta em conjunto com a planilha de custos e formação de preços para todos os lotes/itens da planilha, informando o preço unitário e total de cada item, assim como o valor global.

6.5. Regime de Execução Indireta, prestação dos serviços de forma não contínua ou contínua, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

6.6. O quantitativo a ser contratado foi dimensionado da seguinte forma: a relação de itens destacados no lote apresentado é fruto da demanda apresentada pelo setor de patrimônio da Instituição, que contabilizou o total de treze janelas em que é preciso efetuar reparos imediatos. Na oportunidade, foi destacada a quantidade de janelas junto das respectivas medidas individuais.

6.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns (nos termos do Art. 6º, Inc. XIII da Lei 14.133/2021, que devido ao valor, enquadra-se na hipótese de contratação por dispensa de licitação, com fulcro no Art. 75, Inc. II da Lei 14.133 de 2021).

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos); (Valor atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2024).

6.8. A Categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em: custeio.

6.9. A contratação dos objetos desta dispensa eletrônica será adjudicada por lote.



6.9.1. Os itens que foram agrupados são da mesma natureza e guardam relação entre si, pois o objeto trata-se de um serviço de manutenção dentro do imóvel da Instituição. Assim, tendo em vista que a única mudança nos itens refere-se a diferença de tamanho entre as janelas, a administração entende que o agrupamento por lote propiciará diversas vantagens, coadunando com a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, visto que nesta opção, haverá apenas uma empresa realizando a atividade, o que permite melhor gestão da execução, evitando descompassos na rotina de atividades do Câmpus Universitário, que, vale lembrar, já está em normal funcionamento para as atividades estudantis, dependendo, portanto, de rápida execução nos serviços.

6.9.2. Assim, como a divisão em vários itens permitiria que muitas empresas fossem contratadas, optou-se pela divisão em lote único para que eventuais problemas na prestação de serviços por diferentes empresas não inviabilizassem e dificultassem a execução dos trabalhos, indo em sentido contrário aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência;

7. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. O serviço a ser contratado não é contínuo tendo em vista que será executado mediante reparação das janelas, sendo essa a opção mais vantajosa para o momento.

7.2. O prazo de vigência desta contratação é imediato, contados a partir da emissão do Empenho/Ordem de Serviço, atendidos os requisitos descritos no Art. 95 da Lei n.º 14.133/21 e no Art. 241 do Decreto Estadual nº 1.525/22.

8. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1. Trata-se de solicitação proveniente do Setor de Patrimônio da Unidade Regionalizada Administrativa de Nova Mutum/MT, da qual, conforme Documento de Formalização de Demanda de numeração 01/2025/NVM-PATRIMÔNIO, instrui o presente Termo de Referência a partir da seguinte justificativa.

8.2. Atualmente, a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, CÂMPUS DE NOVA MUTUM, oferece à comunidade acadêmica três cursos de graduação, entre eles administração, ciências contábeis e agronomia, tendo este último operação em tempo integral na Universidade.



- 8.3. Não obstante a isso, o imóvel atualmente utilizado para a prestação dos serviços públicos ofertados pela Entidade tem apresentado problemas relacionados com a infiltração de água da chuva nas salas de aula, laboratórios, seja de química ou informática, bem como nos demais ambientes do prédio que possuem contato com a área externa da construção.
- 8.4. Assim sendo, identificou-se que a origem do problema está no desgaste das vedações das janelas, existindo algumas em que sequer há isolante e isso se dá em razão de que com o passar do tempo esse material naturalmente vai se desfazendo, carecendo, vez ou outra de certas manutenções.
- 8.5. Válido apontar que esse entrave causa uma série de outros problemas, pois a infiltração de água chega aos equipamentos laboratoriais e elétricos ao mesmo tempo em que molha a estrutura de rede de internet e demais cabos que ficam instalados no imóvel. Ademais, compromete o ambiente interno, afetando paredes, pisos e móveis.
- 8.6. Nesse sentido, o prédio apresentando esses problemas gera uma má condição de uso, visto que a umidade eleva o risco de surgimento de mofo, o que não apenas degrada a estrutura do edifício, mas também pode facilitar a aparição de problemas de saúde para alunos, professores e funcionários.
- 8.7. Logo, sabendo dos danos que esse viés pode causar à Organização, foi levantada a quantidade de janelas que carecem de manutenção. Assim, a partir de vistorias chegou-se ao quantitativo de 13 janelas, que tem as suas quantidades individuais e respectivas medidas descritas conforme elaboração dos itens que compõem os serviços necessários.
- 8.8. Ainda, conforme levantamento prévio, por se tratar de uma contratação cujo objeto possui baixo valor e ao mesmo tempo não é de grande complexidade, entende-se que há fundamento para promoção da resolução da demanda mediante uso da hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 75, II, da Lei Federal.

9. DESCRIÇÃO GLOBAL DA SOLUÇÃO

- 9.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no Documento de Formalização de Demanda, parte integrante dos autos do processo, uma vez que o Estudo Técnico Preliminar é dispensado para essa modalidade de contratação.



9.2. O conjunto de procedimentos listados, visa a correção de problemas de infiltração nas janelas do Câmpus, sendo definidas como necessárias as seguintes atividades:

Item	Descrição
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO DE MEDIDAS 2,00 X 1,50 (METROS) , ENVOLVENDO A REMOÇÃO DO MATERIAL ATUALMENTE RESSECADO, COM NOVA APLICAÇÃO, INTERNA E EXTERNA DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, CAPAZ DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO AMBIENTE INTERNO.
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,30 X 2,60 (METROS) , ENVOLVENDO A REMOÇÃO DO MATERIAL ATUALMENTE RESSECADO, COM NOVA APLICAÇÃO, INTERNA E EXTERNA DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, CAPAZ DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO AMBIENTE INTERNO. INTEGRADA POR 04 FOLHAS DE VIDRO COM MAIOR LADO NO SENTIDO VERTICAL
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,35 X 2,90 (METROS) , ENVOLVENDO A REMOÇÃO DO MATERIAL ATUALMENTE RESSECADO, COM NOVA APLICAÇÃO, INTERNA E EXTERNA DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, CAPAZ DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO AMBIENTE INTERNO. INTEGRADA POR 04 FOLHAS DE VIDRO COM MAIOR LADO NO SENTIDO VERTICAL
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,57 X 2,80 (METROS) , ENVOLVENDO A REMOÇÃO DO MATERIAL ATUALMENTE RESSECADO, COM NOVA APLICAÇÃO, INTERNA E EXTERNA DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, CAPAZ DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO AMBIENTE INTERNO. INTEGRADA POR 04 FOLHAS DE VIDRO COM MAIOR LADO NO SENTIDO VERTICAL
06	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM JANELAS DE VIDRO, MEDIDAS: 4,70 X 2,60 (METROS) , ENVOLVENDO A REMOÇÃO DO MATERIAL ATUALMENTE RESSECADO, COM NOVA APLICAÇÃO, INTERNA E EXTERNA DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, CAPAZ DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO AMBIENTE INTERNO. INTEGRADA POR 04 FOLHAS DE VIDRO COM MAIOR LADO NO SENTIDO VERTICAL

10. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

10.1. A modalidade adotada para a seleção do fornecedor será a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na forma de **DISPENSA de LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

10.2. As contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. Entretanto, na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Assim, o certame segue realizado sob a obediência ao estabelecido nos Incisos I e II do caput do Art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como em obediência aos artigos 148 a 155 do Decreto n. 1.525 de 23 de novembro de 2022.



- 10.3. Obediência em especial ao artigo 150 do Decreto n. 1.525 de 23 de novembro de 2022 “para busca do melhor preço na contratação o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Estado”.
- 10.4. No caso em questão, verifica-se a dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do Art. 75 Lei Federal n. 14.133/2021, atualizada pelo Decreto 11.317, de 29 de dezembro de 2022., o que sustenta o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no Art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Sustentabilidade:

- 11.1.1. A contratação do objeto desta dispensa eletrônica obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 144, da Lei n. 14.133/2021, e no Art. 360 do Decreto n. 1.525/2022
- 11.1.2. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:
- 11.1.3. Economia de energia;
- 11.1.4. Economia em materiais plásticos descartáveis;
- 11.1.5. Economia de água;
- 11.1.6. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.
- 11.1.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM



- 12.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados neste termo de referência.
- 12.2. Os serviços serão executados dentro de 15 dias após a emissão da ordem de serviço, respeitando as limitações de horário impostas pelo município para este fim e os finais de semana/feriados, sendo o endereço indicado na Ordem de Serviço: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Nova Mutum/MT, localizado na Avenida das Garças, 1192 N, Jardim das Orquídeas. Nova Mutum – MT, CEP: 78452-015, em horário de expediente das 07 h às 11 h e das 13 h às 17 h.
- 12.2.1. Os serviços serão prestados, preferencialmente em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados), nas faixas de horário compreendidas entre 07:00(sete) e 11:00(once) horas e entre 13:00(treze) e 17:00(dezessete) horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento do órgão ou entidade contratante, que será estipulado na Ordem de Serviço.
- 12.2.2. O prestador de serviço deve certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.
- 12.3. Caso o horário de expediente do contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.
- 12.4. Excepcionalmente, poderá ser agendada a execução do serviço em dias e horários não previstos acima, desde que solicitado previamente pelo contratante e aceito pelo contratado. Havendo anuência do contratado, ela deverá promover atendimento em finais de semana, feriados ou no período noturno quando necessário.
- 12.5. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.
- 12.6. Local de execução, nas dependências do Câmpus Universitário de Nova Mutum/MT, conforme Ordem de Serviço.
- 12.7. Forma de execução.**



12.7.1. A contratada executará os serviços nas dependências da Unidade de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

12.7.2. Os preços ofertados pelos proponentes deverão incluir todos os custos diretos ou indiretos, os encargos necessários à execução do objeto, seguros em geral, licenças impostas, tarifas e outras quaisquer despesas que se fizerem necessárias à boa execução da entrega do objeto.

13. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades satisfatórias, promovendo sua substituição quando necessário.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido a Nota de Empenho, instrumento equivalente ao instrumento de contrato.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, para executar o serviço sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência de Contratação Direta.

14.2.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste termo de referência, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

15. CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

15.1.1. O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (Art. 140, inciso I, alínea “a” da Lei n.º 14.133/21/2021), ao final da execução



do serviço, mediante realização de vistoria e elaboração de Relatório detalhado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato. Deverão, também, ser anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a emissão da Nota Fiscal.

15.1.2. A fiscalização notificará o contratado para, se for o caso, no prazo de até 5 dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado. Esse prazo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

15.1.3. Na hipótese do contratado apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização emitirá novo Relatório, no prazo de até 05 dias úteis, com a análise dos argumentos do contratado. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, bem como constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.1.4. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

15.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO

15.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.2.1.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções.



15.2.1.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

15.2.1.3. Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os serviços prestados.

15.2.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) serviços(s) executado(s) por vícios ou disparidades em relação às com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90.

16. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

16.1. A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma da Lei 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

16.2. Habilitação

16.2.1. Nos termos do Art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

16.2.1.1. Documento pessoal do sócio e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.2.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

16.2.1.3. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

16.2.1.4. Certidão Negativa de Débitos Conjunta SEFAZ/PGE de Mato Grosso;

16.2.1.5. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

16.2.1.6. Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipais, quando for o caso de prestação de serviço;



- 16.2.1.7. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal menores de 18 anos em trabalho noturno ou insalubre, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
- 16.2.1.8. Cadastro Nacional de empresa inidônea ou suspensa (CEIS).
- 16.2.1.9. Contrato Social ou Estatuto ou Documento equivalente.
- 16.2.1.10. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (modelo disponível no Anexo I deste Termo de Referência).
- 16.2.1.11. Declaração de justificativa quanto à aceitação do preço ofertado (modelo disponível no Anexo II deste Termo de Referência).
- 16.3. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 16.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 16.5. Em obediência ao inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, nesta dispensa de licitação os lotes são reservados exclusivamente para participação exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais.
- 16.6. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 605/2018 deverá selecionar a opção no SIAG: antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.
- 16.7. Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no Art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

17. PROPOSTA DE PREÇOS E JULGAMENTO

- 17.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da modalidade de contratação direta, na forma de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento menor preço.
- 17.2. O modo de disputa adotado será a dispensa eletrônica.



- 17.3. A participação na presente dispensa eletrônica seguirá o disposto no artigo 67º do decreto estadual 1.525 de 23 de novembro de 2022 e dar-se-á mediante sistema Compra Direta Eletrônica integrante do Sistema de Aquisições Governamentais do Estado de Mato Grosso - SIAG disponível em endereço eletrônico acessível por meio do portal de Aquisições do Governo no Estado de Mato Grosso, <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br> ou diretamente no link <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/compra-direta>.
- 17.3.1. Os prestadores de serviços deverão atender aos procedimentos previstos no Manual para cadastro no e-Fornecedor, disponível no portal de aquisições do Governo do Estado de Mato Grosso.
- 17.3.2. O ingresso do prestador de serviço na disputa da dispensa eletrônica dar-se-
- 17.3.3. á com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;
- 17.3.4. O prestador de serviço interessado, após a divulgação do Termo de Referência de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Compra Direta Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;
- 17.3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 17.3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do termo de referência;
- 17.3.6.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do prestador de serviço, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 17.3.6.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de entregar ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em



quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

17.3.7. Uma vez enviada a proposta no sistema, os prestadores de serviços NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

17.3.8. No cadastramento da proposta, o prestador de serviço, deverá estar ciente e concordar:

17.3.8.1. Com as condições contidas neste Termo de Referência e seus anexos;

17.3.8.2. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

17.3.8.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei no 8.213/91, se for o caso;

17.3.8.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

17.4. A proposta, a partir da sua publicação, ficará automaticamente aberta para lance exclusivamente por meio do sistema de Compra Direta Eletrônica com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis conforme § 3º do artigo 75, da Lei Federal 14.133/2021 sendo encerrado na data e o horário de finalização de lances, o qual é informado no ato da publicação da proposta;

17.4.1. O encerramento da fase de apresentação de proposta ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar;

17.4.2. Será adotado intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

17.4.3. O certame está dividido em itens/lotos, com quantidades solicitadas, conforme este Termo de Referência e cotações de valor unitário e valor total.

17.4.4. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.



- 17.4.4.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao prestador de serviço que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;
- 17.4.4.2. A negociação poderá ser feita com os demais prestadores de serviços classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 17.4.4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.
- 17.4.5. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.
- 17.4.6. As propostas apresentadas pelos prestadores de serviços deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.
- 17.5. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;
- 17.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 17.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 17.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência ou em seus anexos;
- 17.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



17.6.4. Não responder, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, às solicitações realizadas pela Administração Pública.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Entidade: UNEMAT

Unidade Orçamentária: 26201 - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

Unidade Gestora: 017 - Câmpus Universitário de Nova Mutum/MT

Função/Subfunção/Programa/Região: 1236452825321000 - Custeio Administrativo e Pedagógico do Campus Universitário

Natureza de Despesa: 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Subelemento de Despesa: 69 – Serviço de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Fonte de recurso: 15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Exercício: 2025

Valor Estimado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

19. CRITÉRIO DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

19.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

19.2. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como refazimento, troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção, no caso de apresentar imperfeições, correrão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

20. CRITÉRIO DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

20.1. Não haverá aferição e medição periódica dos serviços prestados, por tratar-se de serviço de natureza não contínua.

21. PAGAMENTO

21.1. Não haverá pagamento antecipado.



21.2. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.

21.2.1. As operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, regulamentado pelo Artigo 355, §6º do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

21.3. O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número do Empenho/Ordem de Serviço, a descrição do objeto, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

21.3.1. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado.

21.4. O contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros, por intermédio da operação de “factoring”.

21.5. O requerimento de pagamento deverá ser instruído somente com a prova de Regularidade Fiscal perante o Estado de Mato Grosso, caso não exista indícios de descumprimento contratual.

21.6. O documento exigido no caput deste artigo poderá ser substituído pelo Certificado de Regularidade perante o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, desde que em plena validade.

22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

22.1. Comparecer, quando convocado, para assinar o Termo de Aceite e Ordem de Serviço específica no prazo de até 05 dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, mesmo prazo para retirada da Ordem de Serviço.

22.1.1. A adjudicatária no ato da assinatura do Termo de Aceite deverá nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato, quando for o caso.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM**



- 22.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 22.3. Executar os serviços contratados, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, de forma a garantir os melhores resultados.
- 22.4. Os serviços contratados serão executados de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.
- 22.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 22.6. Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato.
- 22.7. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 22.8. Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos indispensáveis ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios essenciais à completa execução dos serviços, promovendo sua guarda, manutenção e substituição sempre que necessário.
- 22.8.1. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar uniformizados, devidamente identificados por meio de crachá e, se necessário, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 22.8.2. Otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do contratante.
- 22.8.3. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do contratante, bem como as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do contratante.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM**



- 22.9. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.
- 22.10. Comunicar a fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços que se verifique.
- 22.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 22.12. Permitir que o contratante, em qualquer momento, audite e avalie os serviços relacionados ao objeto contratado, que deverá estar de acordo com as especificações do Contrato, em observância às obrigações pactuadas.
- 22.13. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.
- 22.14. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:
- 22.14.1. Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas que estão previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como as obrigações sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 22.14.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.
- 22.14.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 22.14.4. Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.



- 22.14.5. Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 22.14.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.14.7. Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 22.14.8. Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 22.14.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 22.14.10. Emitir Nota Fiscal, discriminando os serviços executados no período, de acordo com a especificação constante no item 02 do Termo de Referência.
- 22.14.11. Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022 e Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.
- 22.15. No encerramento do contrato, o contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações,



podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando couber.

23. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 23.1. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
- 23.2. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- 23.3. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 23.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
- 23.5. Avaliar a qualidade dos serviços prestados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
 - 23.5.1. Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o serviço, sanando as impropriedades.
- 23.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
- 23.7. Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
- 23.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
- 23.9. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/13).



24. GARANTIA CONTRATUAL

- 24.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, devido às características do objeto.

25. SUBCONTRATAÇÃO

- 25.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 25.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido às características do objeto.

26. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 26.1. A matriz de alocação de riscos será dispensada do contrato, nos termos do art. 247, §4º, I, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

27. SANÇÕES

- 27.1. Comete infração administrativa o prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 27.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 27.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 27.1.6. Não assinar o Termo de Aceite ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 27.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 27.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;



- 27.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 27.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 27.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviços, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 27.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 27.1.13. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 27.2. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 24.1.1 deste Termo de Referência de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador de serviço, por qualquer das infrações dos subitens 24.1.1 a 24.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 24.1.2 a 24.1.7 deste Termo de Referência de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 24.1.8 a 24.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 27.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (Art. 156, § 9º).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM



- 27.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, § 7º).
- 27.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157).
- 27.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, § 8º).
- 27.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 27.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 27.9. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, § 1º):
- 27.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 27.11. As peculiaridades do caso concreto;
- 27.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 27.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 27.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 27.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159).
- 27.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos



neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160).

27.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

27.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Termo de Referência.

28. LEGISLAÇÃO APLICADA

28.1. Lei n.º 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

28.2. Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.

28.3. Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei n.º 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.

28.4. Lei Complementar nº 123/2006 – Normas ME e EPP.

28.5. Lei Estadual Complementar nº 605/2018 – ME, EPP e MEI.

28.6. Lei nº 12.690/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

28.7. Lei complementar nº 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

28.8. Instrução Normativa nº 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.



28.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

29. PÚBLICO ALVO

29.1. Os serviços a serem contratados, destinam-se ao atendimento da UNEMAT Câmpus Universitário de Nova Mutum/MT.

29.2. As estimativas apresentadas neste termo foram quantificadas conforme Documento de Formalização de Demanda.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

30.2. Republicar o presente Termo de Referência com uma nova data;

30.3. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

30.4. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

30.5. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

30.6. As providências dos subitens 27.1.1 e 27.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

30.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos prestadores de serviços, cujo prazo não conste deste Termo de Referência de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

30.8. Caberá ao prestador de serviço acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

30.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE NOVA MUTUM**



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

- 30.10. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Mato Grosso, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 30.11. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 30.12. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 30.13. Os prestadores de serviços assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 30.14. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.
- 30.15. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Nova Mutum/MT, 28 de fevereiro de 2025.

Elaborado por:

Ediléia Ferreira Ramos
Supervisor DGA-7 LC 319/NVM-SAD
Supervisão de Apoio Administrativo



DECLARAÇÃO

1 – DA ANÁLISE E APROVAÇÃO:

1.1 Analisamos e aprovamos este termo de referência, sendo constatada a regularidade legal da proposta.

2 – DA AUTORIZAÇÃO:

2.1 Estando analisado e aprovado este Termo de Referência inerente e face aos processos e documentos vinculantes **AUTORIZO** os procedimentos legais, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência, processo administrativo inerente e legislação vigente.

3 - DECLARAÇÃO DE NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESA

3.1 Declaramos ainda que tal aquisição do material não se trata de fracionamento de despesa, e que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com Plano de Trabalho Anual do Campus estando amparada orçamentariamente dentro do nosso planejamento.

Eder Pereira Fernandes

Diretor de Unidade Regionalizada Administrativa

Coordenador de Planejamento

Portaria n.º 128/2023 - UNEMAT

Minéia Cappellari Fagundes

Diretora Política-Pedagógica e Financeira

Ordenadora de Despesas

Portaria n.º 102/2025 - UNEMAT

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

O interessado abaixo identificado **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

IDENTIFICAÇÃO	
Empresa:	CNPJ:
Signatário(s):	CPF:

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM	NÃO

Local e data.

Assinatura do responsável

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE JUSTIFICATIVA QUANTO À ACEITAÇÃO DO PREÇO OFERTADO

A empresa _____, de CNPJ _____, situada _____, neste ato representada pelo Sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, vem, para fins de cumprimento das exigências do Termo de Referência da Dispensa Eletrônica, declarar que o preço ofertado para a execução do objeto deste processo de contratação está em compatibilidade com as condições de mercado atual.

Declaro, também, para os devidos fins, que a descrição do item relacionado na proposta foi analisada detalhadamente, de modo que o preço ofertado levou em consideração todos os custos diretos e indiretos envolvidos na execução do objeto contratado, assim como as condições do mercado e os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, não havendo condições incapacitantes de fornecimento.

Caso solicitado, comprometo-me a fornecer documentos comprobatórios que sustentem esta justificativa e a exequibilidade da proposta.

Local e data.

Assinatura do responsável